

CADERNETAS AGROECOLÓGICAS E SEUS IMPACTOS NA ECONOMIA DA AGRICULTURA FAMILIAR DO TERRITÓRIO PIEMONTE DA DIAMANTINA: a experiência da COFASPI

LEONARDO LINO CARVALHO¹ , LÍVIA TAVARES
MENDES FROES² 

RESUMO: Este artigo analisa as rendas geradas e/ou geridas a partir de dados produzidos pela caderneta agroecológica, na área de atuação da COFASPI, no âmbito do projeto Pró-Semiárido. A caderneta agroecológica é um instrumento de mensuração criado pelo Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata – CTA/ZM para dar visibilidade ao trabalho das agricultoras familiares. Para este estudo, foram analisadas 2 cadernetas por município (Saúde, Mirangaba, Ouroândia e Umburanas), considerando as diferenças de cada município e o tipo de ação de comercialização exercida ou não por estas mulheres. Os resultados dessa análise indicaram uma contribuição expressiva, do ponto de vista da participação destas mulheres na renda de suas respectivas famílias. Assim, o estudo apresentado pode contribuir ativamente na melhoria dos levantamentos dos dados econômicos da agricultura familiar, bem como ampliando e melhorando a efetividade e o foco de políticas públicas.

Palavras-chave: Semiárido, Renda, Gênero, Caderneta agroecológica.

1- Pós graduando em Desenvolvimento Sustentável no Semiárido com ênfase em Recursos Hídricos (IFBAIANO)/ Diretor de Agregação de valores e acesso aos mercados da Secretaria de Desenvolvimento Rural do Estado da Bahia. leonardo.cofaspi@gmail.com; 2 - Doutora e mestre em Antropologia pela Universidade Federal Fluminense. Bacharel e licenciada em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professora EBIT do Instituto Federal Baiano, campus Senhor do Bonfim. Email: livia.froes@ifbaiano.edu.br

Agroecological booklets and its impacts on the economy of family-based agriculture in the Piemonte Diamantina Territory: the COFASPI experience

ABSTRACT

This article analyzes the income generated and/or managed, based on data produced by the agroecological booklet, in the area where COFASPI operates, within the scope of the Pró-Semiárido project. The agroecological booklet is a measurement instrument created by the Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata – CTA/ZM to give visibility to the work of family farmers. For this study, 2 booklets were analyzed per municipality (Saúde, Mirangaba, Ouroândia and Umburanas), considering the differences in each municipality and the type of marketing activity carried out or not by these women. The results of this analysis indicated an expressive contribution, from the point of view of the participation of these women in the income of their respective families. Thus, the study presented can actively contribute to the improvement of surveys of economic data on family farm-ing, as well as expanding and improving the effectiveness and focus of public policies.

Keywords

Semiárido, Income, Gender, Agroecological booklet.

Introdução

Este estudo nasceu a partir das minhas vivências na agricultura familiar brasileira, especificamente na região do semiárido dos Territórios do Piemonte da Diamantina, do Piemonte Norte do Itapicuru e Sertão do São Francisco. A agricultura familiar é conhecida pela produção interna de alimentos, e vem destacando-se pela sua contribuição na economia do país, e, atualmente, não somente pela sua imensa capacidade produtiva diversificada, mas também pela grandiosa contribuição para o aquecimento da economia local, sobretudo nas cidades pertencentes à região semiárida.

Essa característica firma-se em alguns casos como crucial para o desenvolvimento econômico das cidades, que em sua maioria tem como fontes econômicas principais os recursos oriundos das prefeituras, advindos da remuneração dos funcionários, e de aposentadorias da previdência social.

Neste sentido, cabe dizer que a economia gerada pela produção e comercialização da agricultura familiar, em muitas cidades do semiárido, se concretiza como genuína fonte de riqueza, estabelecendo relações mercadológicas importantes para o desenvolvimento da economia local, pois cumpre a tarefa de aquecer os mercados, gerando emprego e fortalecendo, mesmo que em alguns casos de forma tímida, essas cidades.

Com essa realidade estabelecida, se faz importante pensar como são e de que maneira se constituem essas relações mercadológicas nessas cidades, que em maioria, se configuram por meio de atitudes de ciclo imediato, como nas feiras livres, e estabelecem uma estratégia para geração de renda, suprimindo as necessidades das pessoas, fazendo cumprir o seu papel, girando os recursos financeiros pelas mãos de várias pessoas e possibilitando o acesso a diversos produtos.

Essa relação de compra e venda direta de produtos da agricultura familiar constitui uma parcela importante da economia de nosso país. É preciso entender que tais estratégias conseguem movimentar o mercado das pequenas cidades e propiciar a manutenção dos agricultores familiares em seus lugares de produção.

Estudos mais recentes mostram através do censo agropecuário de 2009 que a agricultura familiar responde em 38% (ou R\$ 54,4 bilhões) do valor total produzido pela agropecuária brasileira (SOUZA, 2011). Neste sentido, podemos entender que a agricultura familiar é produtiva e capaz de gerar riquezas, contribuindo para o desenvolvimento das cidades desta região do Brasil. Essa riqueza gerada pela agricultura familiar se estabelece pela relação de compra e venda que esses agricultores e agricultoras praticam nos mais diversos espaços de comercialização que participam, entendendo assim, toda a riqueza gerada apenas pelo capital financeiro que é produzido através da venda de seus produtos. Neste cenário, a participação das mulheres ganha destaque, a partir da reflexão sobre o papel da mulher no espaço produtivo e reprodutivo, entendendo este último como um espaço também importante para a geração de riqueza.

É ao redor de casa que se tira a maior parte dos produtos que são consumidos pelas famílias de agricultores, estratégia pela qual se estabelece a manutenção das famílias no meio rural.

Segundo Faria (2009), é importante ressaltar que essa modalidade da divisão sexual do trabalho no campo está vinculada à introdução da noção capitalista de trabalho, que justamente reduz trabalho ao que pode ser trocado no mercado. Sendo assim e analisando o campo financeiro essa relação se constitui como a construção de um capital não monetário importante para a família, pois, sem isso seria praticamente impossível a produção do capital monetário, levando-se em conta que o autoconsumo é a principal característica produtiva das famílias do semiárido. Porém, isso não é considerado na hora do levantamento de renda destas, pois não se transforma em riqueza monetária, isto é, não se converte em moeda.

Contudo, faz-se necessário entender enquanto questão principal, como as rendas geradas e ou gerenciadas pelas mulheres rurais impactam na economia das famílias do semiárido, de modo a entender, evidenciar e visibilizar as rendas totais das famílias do semiárido brasileiro. A participação da mulher rural na construção da renda familiar no campo é muito importante, pois a sua função se estabelece como um pilar estruturante na construção da economia familiar. O trabalho feminino no campo tem sido um conjunto de práticas invisíveis à sociedade, pois o que se sobressai são as atividades domésticas, como se fossem elas as únicas visíveis “a olho nu”. Mesmo quando realizadas atividades voltadas à agricultura, são designadas geralmente como “masculinas”, a mulher é vista como uma “ajudante” e normalmente recebe baixa remuneração (ou nenhuma remuneração) por seu trabalho (HERRERA, 2017 apud BRUMER, 2004).

Neste sentido, compreendemos que o trabalho feminino no campo não se resume às funções domésticas. Para Herrera (2017), a mulher também executa trabalhos entendidos como pesados, tais como a colheita de produtos agrícolas, os cuidados com os filhos e o carregamento de água, que, muitas vezes, encontra-se distante do domicílio.

Dessa maneira, o objetivo principal desse estudo foi analisar como as rendas geradas ou geridas pelas mulheres rurais, na área de atuação da COFASPI*, no âmbito do projeto Pró-Semiárido, impactam na economia das suas respectivas famílias, tendo como base metodológica a caderneta agroecológica e seus princípios. A ideia é visibilizar as rendas femininas existentes no semiárido e contribuir com o campo de pesquisa, visando validar as ações já existentes e provocar inserções ainda maiores para o desenvolvimento das políticas de ATER agroecológico para as mulheres rurais.

*COFASPI - Cooperativa de Trabalho e assistência à agricultura familiar sustentável do Piemonte desenvolve suas ações. É uma entidade sem finalidade lucrativa, que teve sua história iniciada com a criação da Cooperativa de Crédito Rural do Piemonte – Ascoob Credimonte, fundada no ano de 2003, com a proposta de ser um dos atores para promover o Desenvolvimento Local Sustentável, fomentar a Agricultura Familiar, promover a cidadania aos agricultores e agricultoras, visando a ampliação do Cooperativismo de Crédito com o fornecimento de serviços financeiros para a população de baixa renda, fortalecendo, principalmente, o aspecto “socioeconômico” das comunidades.

Com essa estratégia, desde então, a COFASPI se vale dos projetos sociais financiados pelos governos e por empresas privadas, a fim de executar seus objetivos estabelecidos em seu estatuto social. Neste sentido, no ano de 2016, a COFASPI iniciou uma parceria com a CAR – Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional, do estado da Bahia, para a execução do projeto Pró Semiárido, que visa o atendimento técnico especializado a agricultores e agricultoras familiares nos Territórios Piemonte da Diamantina, Piemonte Norte do Itapicuru e Sertão do São Francisco.

A vivência nos trabalhos com a COFASPI, enquanto cooperado, me permitiu o olhar sistêmico sobre as unidades de produção da agricultura familiar, procurando entender como as famílias se estabeleciam e se organizavam a partir das suas estratégias de manutenção nos espaços de produção, evidenciando o autoconsumo, bem como buscando o seu desenvolvimento econômico a partir do excedente dessa produção, que era comercializado.

Neste sentido, a busca por estratégias e tecnologias de autogestão que pudessem dar luz sobre estes questionamentos se ampliou, desde o estudo pelos DRP'S (Diagnósticos Rurais Participativos), os quais trouxeram uma visão abrangente deste cenário, até ampliar as percepções, compreendendo que estratégias melhores trabalhadas e metodologias apropriadas conseguiriam proporcionar uma visão mais completa do processo de diagnóstico das unidades de produção familiar.

Este espaço de incômodo e inquietação pela real evidência sobre a produção familiar, bem como sobre a leitura correta da economia gerada pela agricultura familiar do semiárido, ganhou outro caminho quando me foi permitido conhecer a dinâmica do trabalho e da renda a partir do protagonismo feminino no espaço de produção. Neste momento, foi possível enxergar que a riqueza deste segmento está para além do que é mensurado, bem como exerce um papel ainda mais elevado na perspectiva do desenvolvimento da economia e sustentabilidade local.

O Pró-Semiárido é um projeto de desenvolvimento rural que atua em 460 comunidades, selecionadas a partir do grau de pobreza e concentração de agricultores familiares. Naquelas identificadas com maior nível de escassez de bens e produtos, fomenta-se a participação de toda a comunidade na indicação de oportunidades de desenvolvimento produtivo e na definição de ações a serem implementadas.

A princípio, o projeto é desenvolvido junto a associações de produtores e cooperativas já existentes e que demonstram potencial para se consolidar e contribuir com a geração de renda dos seus membros. Seu objetivo é construir mais oportunidades para populações rurais com baixos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH), a partir do potencial de crescimento da comunidade, e sempre em uma perspectiva de inclusão produtiva. A partir da aplicação de diversas políticas públicas de apoio à agricultura familiar, o Pró-Semiárido busca valorizar e aprimorar o uso sustentável dos recursos existentes – terra, biodiversidade, mão de obra – para ampliar a capacidade produtiva das unidades familiares atendidas. Também visa estimular a criação de novas fontes de renda no âmbito do beneficiamento e processamento da produção agropecuária

e de outras atividades econômicas. E, finalmente, o projeto deve dar um impulso maior ao acesso da população atendida a diferentes mercados, para fortalecer a comercialização nas comunidades.

No âmbito do projeto Pró-Semiárido e atrelado ao componente 2, foi inserida a caderneta agroecológica como ferramenta e estratégia de trabalho de gênero para levantamento de dados produtivos e econômicos das mulheres participantes do projeto.

A caderneta agroecológica é um instrumento metodológico que nasceu com o intuito de visibilizar a renda das mulheres rurais. A ferramenta consiste em um conjunto de técnicas que permite uma visão ampla do trabalho, da geração de renda e do perfil socioeconômico e ambiental das mulheres rurais e de seus espaços de produção. De forma bem simples, com uma tabela que contém colunas descritas em Venda, Troca, Consumo e Doação, a caderneta funciona como caderno diário de preenchimento, onde cada mulher poderá sistematizar os dados referentes à sua produção ou gestão produtiva, e associar à sua respectiva coluna, estabelecendo quantidade e valorando os itens mencionados, na perspectiva da contabilização desses produtos, diariamente.

Metodologia

Essa pesquisa possui caráter quali-quantitativo de análise em torno da produção de dados elaborados mediante a ferramenta da Caderneta Agroecológica. Importante destacar que, mesmo a análise dedicando-se a evidenciar e discutir dados numéricos/monetários, esse trabalho de sistematização pretende extrapolar a simples descrição e apresentação desses dados, fornecendo elementos para o reconhecimento e visibilização social do trabalho das agricultoras. Dessa forma, para a coleta de dados, foram utilizadas as Cadernetas Agroecológicas e o Questionário de Caracterização Socioeconômica, como será explicado a seguir.

O percurso metodológico assumido por esta pesquisa iniciou-se, a partir da motivação em buscar os olhares e sentimentos sobre a Caderneta Agroecológica que é um instrumento de mensuração criado pelo Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata – CTA/ZM para dar visibilidade ao trabalho das agricultoras familiares.

A Caderneta Agroecológica (CA) foi sistematizada, pela primeira vez, em 2011, e trabalhada como uma metodologia a partir da contribuição de uma rede de organizações dos campos agroecológico e feminista, aglutinadas em torno do projeto Mulheres e Agroecologia em Rede, que se desenvolveu em quatro regiões do país (Amazônia, Nordeste, Sul e Sudeste), com o apoio financeiro da União Europeia, com o objetivo de refletir sobre quais as contribuições que poderíamos construir de maneira colaborativa para o fortalecimento desta.

Na trajetória, enquanto gestor da COFASPI e contribuinte do processo do desenvolvimento rural no semiárido, foi possível refletir sobre quais as contribuições que esta ferramenta proporciona,

principalmente no que se refere à visibilidade da produção das mulheres e como evidenciar a tecnologia do quintal produtivo, também enquanto ferramenta de conversão direta em renda das mulheres rurais.

A caderneta, após contribuições das próprias mulheres que participaram da primeira pesquisa realizada em 2011 pelo CTA/ZM, teve sua estrutura modificada. Em sua versão anterior, ela se apresentava em uma folha, para pendurar na parede e, nesta folha, havia apenas duas colunas, representadas apenas pelo que tinha sido comercializado e o que havia sido consumido pela família. Na nova versão, foi reconfigurada para quatro colunas: venda, troca, consumo e doação. Isso foi feito para facilitar e organizar as anotações. A Caderneta Agroecológica ainda trouxe diversos elementos que continuam contribuindo para uma reflexão coletiva sobre o trabalho produtivo e reprodutivo, e as relações monetárias e não monetárias desempenhadas com forte protagonismo pelas mulheres.

As informações coletadas dão conta da contribuição das mulheres, que vai muito além da esfera reprodutiva. Ao se dedicarem aos agroecossistemas, as mulheres têm permitido a existência de uma enorme variedade de sementes, alimentos, plantas medicinais e saberes, garantindo soberania e segurança alimentar e nutricional, saúde e renda para as famílias.

Mediante a articulação do GT de mulheres da ANA – Articulação Nacional de Agroecologia - e com a forte incidência do componente de gênero dos projetos FIDA no Brasil, a Caderneta agroecológica passou a ser incorporada nas ações de ATER, vinculadas ao projeto Pró-Semiárido, na Bahia.

No âmbito do projeto Pró-Semiárido, a Caderneta agroecológica tem como principal objetivo, mensurar e visibilizar a renda dos quintais agroecológicos, e como missão política, evidenciar o trabalho das mulheres rurais do semiárido, no âmbito do projeto. Neste sentido, e diante da contribuição das entidades prestadoras dos serviços de ATER, vinculadas ao projeto Pró-Semiárido, a caderneta agroecológica se estabeleceu como ferramenta metodológica de gênero e de renda.

A proposta da caderneta agroecológica foi apresentada para as mulheres, participantes do projeto Pró Semiárido e, de acordo com a aceitação destas, foi concedida a ferramenta para o uso. Ainda na oportunidade, foi realizada a devida orientação sobre o preenchimento, assim como os principais objetivos na obtenção destas informações.

As mulheres foram acompanhadas pela equipe de ATER, previamente capacitada no instrumento, de forma sistemática, possibilitando, assim, o preenchimento correto da ferramenta, bem como a resolução de dúvidas que surgiram durante todo o processo de preenchimento e interpretação dos dados ali inseridos.

Após todo o processo de animação e de capacitação/orientação dessas mulheres, a tarefa de cada uma foi perceber e anotar toda a produção que foi consumida, doada, trocada ou vendida, dentro da unidade de produção familiar e que estavam sob a gestão produtiva e financeira, total ou parcial delas. Neste sentido, cabe ressaltar que esta estratégia serviu para identificar toda a produção da família que possui alguma relação com o trabalho da mulher, buscando entender sua contribuição na geração de renda das famílias.

Ao longo do processo de preenchimento da caderneta, foi possível promover e estimular as mulheres, da mesma comunidade e ou que participavam de reuniões já previamente estabelecidas pelo projeto ou pelas organizações das quais fazem parte, a discutirem, trocarem informações sobre o preenchimento da ferramenta. Esta atividade foi pensada na perspectiva de que as mulheres, de maneira autônoma, pudessem se ajudar e sanar questões que poderiam surgir no preenchimento e na compreensão da caderneta.

A ferramenta é composta por um questionário sociocultural, que coletou dados importantes das mulheres, como o acesso a políticas públicas, participação em redes ou associações comunitárias, além de aferir dados pessoais como idade e número de documentos.

O intuito da aplicação desta ferramenta foi ter uma leitura mais completa da vida dessa mulher no espaço rural, bem como foi possível entender suas tarefas na vida comunitária e suas relações de mercado, fora da propriedade. O questionário foi aplicado, inicialmente, no primeiro mês de trabalho com as mulheres, funcionando como uma espécie de “Marco Zero” do trabalho. A ideia é, posteriormente, e a partir das análises realizadas, verificar os principais avanços a partir da experiência do projeto e do convívio com a caderneta agroecológica.

Este trabalho se propôs a caminhar pela ideia de uma pesquisa participativa, entendendo as participantes do projeto como protagonistas na geração e também na compilação dos resultados. Isso foi possível, pois os instrumentos que foram utilizados na pesquisa se caracterizam como ferramentas essenciais para o dia a dia das mulheres, tornando-se fundamentais para a evidenciar o trabalho e a renda dessas agricultoras, bem como importante para o levantamento das rendas invisíveis nas famílias.

Dentro da abrangência do projeto Pró-Semiárido executado pela COFASPI, 52 (Cinquenta e duas) cadernetas agroecológicas foram utilizadas pelas mulheres. Neste sentido, e para efeito desta pesquisa, foram analisadas 2 cadernetas por município (Saúde, Mirangaba, Ouroândia e Umburanas), entendendo as diferenças de cada município e o tipo de ação de comercialização, exercida ou não, por estas mulheres.

Resultados e discussão

Caracterização das mulheres

A metodologia de aplicação da caderneta agroecológica, para as mulheres rurais do Território Piemonte da Diamantina, prevê as etapas preliminares que compõem os registros dos dados socioculturais das mulheres. Neste momento, realizamos reuniões de sensibilização e de aceitação da ferramenta, foi aplicado um diagnóstico sociocultural a fim de verificar a realidade das mulheres. O diagnóstico é composto de perguntas básicas a respeito da vida, rotina e dos espaços produtivos dessas mulheres.

O número de mulheres que participou do recorte analítico delimitado para essa pesquisa foi de 8 (oito), considerando um recorte no universo de 55 mulheres trabalhadas pela COFASPI, no território de identidade Piemonte da Diamantina, no âmbito do projeto Pró-Semiárido. Nesse sentido, o critério de escolha dessas mulheres foi o de selecionar 2 (duas) cadernetas das mulheres em cada município (Saúde, Umburanas, Mirangaba e Orolândia).

As mulheres selecionadas possuem faixa etária entre 27 a 70 anos de idade e a maioria possui companheiro e filhos. Apenas 1 (uma) dessas mulheres não possui a propriedade da terra em que reside e produz, utilizando-a por meio de contrato de comodato, as demais são proprietárias da terra, ressaltando que 2 (duas) são assentadas de reforma agrária. Uma informação importante é que 50% (cinquenta por cento) dessas mulheres se consideram pretas ou descendente de quilombo, 3 (três) se consideram pardas e apenas 1 (uma) se auto declara como branca. Mais da metade possui apenas o ensino fundamental e as demais possuem ensino médio completo.

No que diz respeito ao acesso à água, foi possível constatar que todas as mulheres entrevistadas para a pesquisa possuem mais de uma fonte hídrica de abastecimento, seja para consumo ou para produção de alimentos. A cisterna de consumo humano aparece como a fonte hídrica mais acessada, no âmbito do consumo humano e o poço artesiano, no âmbito da produção. Foi possível ainda perceber que o carro pipa, tecnologia que não confere tanta autonomia das famílias do semiárido, também se faz presente na realidade das famílias dessas mulheres como uma fonte hídrica.

No que tange as fontes de renda dessas mulheres foi possível perceber uma diversidade, desde salário por aposentadoria rural até vendas relacionadas ao artesanato. No entanto, a predominância das rendas oriundas da produção rural é forte.

Indo além, as agricultoras participantes da pesquisa, relataram que tinham acesso a mercados diversos, comercializando a sua produção em vários dos espaços existentes e possíveis. Possibilitando desde a comercialização dos produtos de porta em porta, nas suas comunidades até relações com supermercados locais.

Nesse contexto, as características socioculturais indicadas, assim como suas relações com o meio, podem influenciar na sua dinâmica produtiva e de relações com as suas comunidades, impactando, conseqüentemente, nas rendas auferidas por essas mulheres. Outros aspectos da caracterização das mulheres a serem pesquisadas podem influenciar nos resultados, por isso, devemos entendê-los para que possamos, no processo de análise e discussão dos dados, buscar encontrar respostas. Nesse sentido, vamos apresentar uma sequência de seis aspectos abordados nos questionários, que ajudam a entender a dinâmica sócio produtiva dessas mulheres.

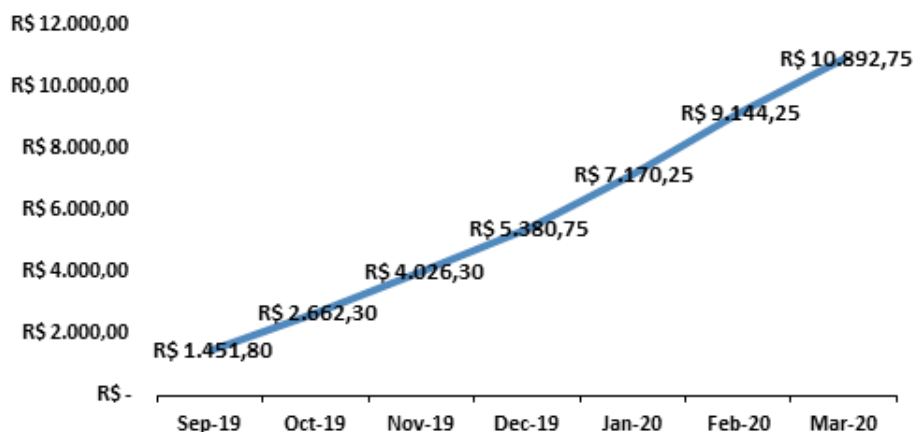
Análise dos dados econômicos:

Como já foi mencionado, o trabalho de pesquisa apresentado fundamenta-se na análise de cadernetas agroecológicas do território de identidade do Piemonte da Diamantina, área de atuação da COFASPI, no âmbito do projeto Pró-Semiárido.

As informações que constam nas cadernetas agroecológicas dão conta da produção dessas mulheres e da destinação dessa produção. Para o presente estudo, foi avaliado o resultado dessa destinação, a fim de entender como se comportam essas rendas, no contexto familiar, bem como se expressam numericamente essas relações econômicas e como isso impacta na renda de cada uma dessas famílias.

A partir da análise dos dados elaborados nas cadernetas agroecológicas, foi possível perceber que a renda das mulheres rurais causa um impacto muito importante na economia local, elevando o papel da agricultura familiar como base de sustentação para diversas famílias e municípios do semiárido. A figura 1, demonstra em evolução, que no recorte de tempo estabelecido (7 meses), foi alcançado um valor de R\$ 10.892,75 no somatório geral apurado, considerando as rendas totais de todas as mulheres.

Figura 1: Renda das mulheres rurais em progressão. Salvador, 2021

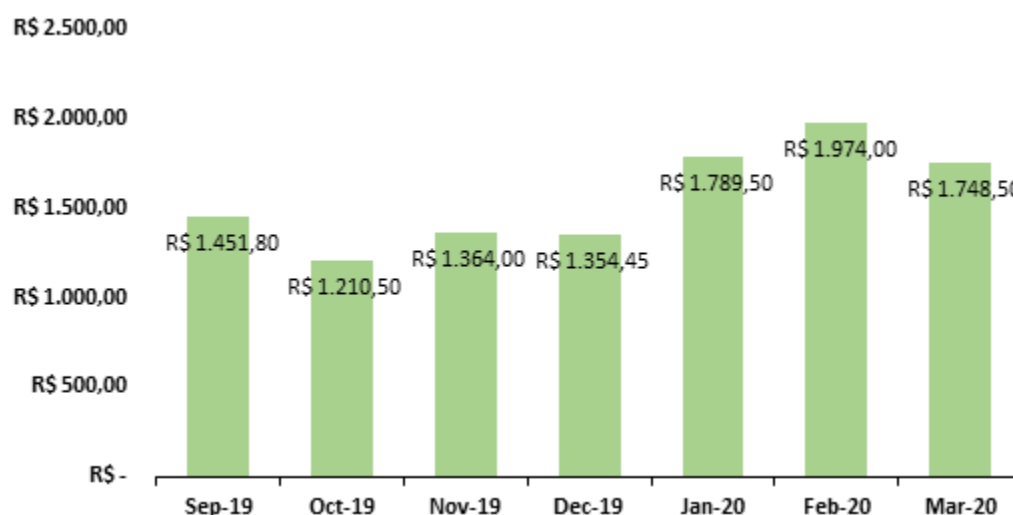


Fonte: Dados de pesquisa. Elaboração: CARVALHO, L.L. (2021).

Esse é um dado importante do ponto de vista da visibilidade das rendas das mulheres, pois demonstra os números de uma produção e de fluxos de comercialização não contabilizados e nem tão pouco considerados na formação da renda familiar. Isto porque boa parte dessa renda se configura como renda não monetária ou renda de giro rápido, dentro da unidade familiar. Essas rendas, além de muito importante para a manutenção das famílias, são as responsáveis pelo giro da economia local, pois com os fluxos rápidos e locais de comercialização, como as feiras livres municipais e comunitárias, as vendas de porta em porta e as trocas de alimentos, há um fortalecimento dessa economia local, os recursos financeiros giram no próprio município e ou na própria comunidade, ampliando assim a capacidade de investimentos e tornando um lugar de economia fortalecida.

A figura 2, apresenta a renda média mensal das mulheres no mesmo período de 7 meses. Um aspecto importante a verificar nesse dado é que esse impacto gerou uma renda média de R\$: 1.566,11. Esse valor, apesar de impactar na renda famílias, constituem rendas de ciclo curto e ou de consumo, ou que estabelecem relações sociais. Segundo RAMOS, 2011. Quanto maior for esse prazo de mercadoria parada no estoque mais lento é o giro do estoque, o que pode conduzir a empresa a procurar recursos de terceiros para financiar suas atividades operacionais, já que estará com caixa insuficiente, comprometendo sua liquidez. Neste sentido, cabe entender como a rapidez que esses produtos são comercializados ou consumidos, até pela característica dos próprios produtos, impactam diretamente na economia das famílias, bem como a rapidez com que essas rendas são reinvestidas na produção. Vale ressaltar a importância desse trabalho diário das mulheres agricultoras na manutenção da família, a se pensar na gestão da produção destinada ao consumo familiar, pensar em como isso se conforma em sustentação para o desenvolvimento das demais atividades, dentro do espaço rural.

Figura 2: Renda média mensal das mulheres. Salvador, 2021.



Fonte: Dados de pesquisa. Elaboração: CARVALHO, L.L. (2021).

A agricultura familiar tem como principal característica a produção de alimentos para o autoconsumo, partindo desse princípio, podemos compreender o papel desta, na consolidação do segmento da agricultura familiar no campo. O trabalho realizado pelas mulheres, neste aspecto, é imprescindível, não somente do ponto de vista da gestão da casa, mas também por gerir áreas essenciais para garantir o autoconsumo das famílias rurais, tais como: Hortas, galinheiro, entre outras.

Essas áreas, por estarem diretamente ligadas à manutenção da casa, acabam sendo até mais importantes do que as outras áreas que podem vir a ser consideradas como potencial de comercialização. No entanto, o que chama a atenção é a intensidade com que a produção das áreas que são geridas pelas mulheres, alimenta as famílias. É ao redor da casa que as mulheres rurais coletam os alimentos que vão à mesa todos os dias.

Os quintais produtivos são tecnologias bem comuns no semiárido e muito fortalecidos. Nos últimos anos, o avanço das cisternas de produção, tecnologia de captação de água das chuvas para produção de alimentos no semiárido potencializou espaços produtivos das famílias de agricultores. É dos quintais produtivos que saem a maior parte dos temperos e hortaliças que enriquecem a alimentação das famílias. Nos galinheiros e outros criatórios de animais, é que saem as carnes que alimentam, assim como leite, ovos, entre outros.

Se de um lado temos a casa e o seu prolongamento – o quintal- como lugares identificados como feminino e como espaço de reprodução dos princípios da sociedade camponesa, do outro, há os espaços públicos, notadamente masculino, de definição dos interesses dos grupos familiares nas suas interrelações sociais (CARNEIRO, 1996). Por concepções de base cultural, a presença da mulher na produção agrícola ainda é vista como "ajuda", cabendo ao homem a função de provedor e a mulher os encargos maternos e domésticos (PANZUTTI, 1996).

Neste sentido, os quintais têm uma importância muito grande, no que tange o trabalho e a autonomia da mulher. Esse espaço, em grande parte, é gerenciado pelas mulheres e é ali onde elas experimentam e produzem, tendo total autonomia e gestão, tanto no cultivo e condução produtiva, quanto nos processos de destinação dessa produção, seja para o autoconsumo, para doação, trocas ou para a comercialização. Sendo assim, podemos concluir que esse trabalho de manutenção da família no segmento é uma característica da agricultura familiar, mas, tem a gestão feminina como indispensável neste processo.

Considerando os meses de referência, foi possível verificar resultados expressivos, conforme expressa a figura 2, e em comparação ao rendimento médio do cidadão baiano. De acordo com dados do IBGE, em 2020, o rendimento foi de R\$ 965,00 (novecentos e sessenta e cinco reais) de renda domiciliar por pessoa, no estado da Bahia. O cálculo foi realizado a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC).

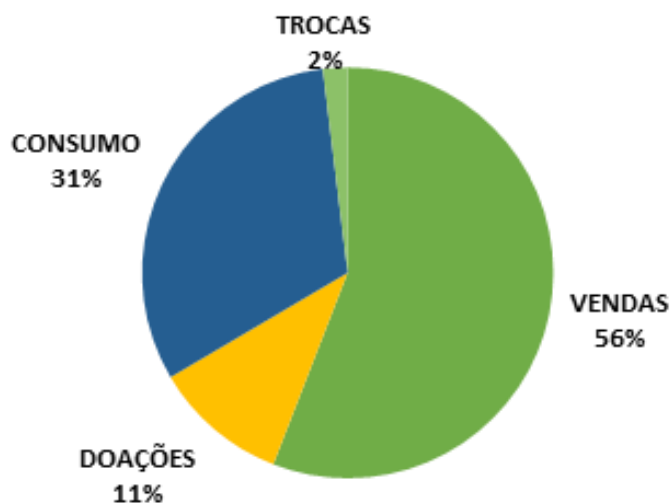
Em nossa pesquisa foi possível constatar, por exemplo, que no mês de fevereiro de 2020, alcançou-se uma renda de R\$ 1.974,00. Assim como também conseguimos perceber meses com resultados menores, como foi o caso do mês de outubro de 2019, com R\$: 1.210,50. Essas variações podem estar relacionadas a diversos fatores do processo de produção. Um deles é o período de chuvas na região que influencia diretamente na produtividade dos plantios e criações. Esse dado é uma média de todas as cadernetas avaliadas, mesmo assim, cabe dizer que são rendas que não existiam, pois não eram auferidas, neste sentido, este resultado causa um impacto positivo nos levantamentos de renda média, ocorridos no estado, bem como Vale ressaltar que as famílias analisadas se encontram na faixa do semiárido e que apesar de possuírem sistemas de armazenamento de água para a produção, a escassez das chuvas por longos períodos, assim como a gestão dessa água armazenada, pode afetar na produção de alimentos.

Categorias de ocorrência nas relações econômicas:

As rendas analisadas foram subdivididas em categorias de ocorrência nas relações econômicas estabelecidas por essas mulheres em suas comunidades e propriedades, sendo: vendas, tudo aquilo que as mulheres, por meio da comercialização, conseguem converter em moeda corrente; doações, todos os produtos que elas doaram para vizinhos, amigos, familiares e que fazem parte de sua produção e gestão; trocas, todo aquele produto que foi trocado por outro para o consumo das famílias, e consumo, que é todo aquele produto que foi utilizado para a alimentação ou uso da própria família.

Levando em consideração essas relações, a figura 3 demonstra que as relações de consumo representam 31% das rendas das mulheres estudadas, o que representa um dado importantíssimo para pensar na segurança alimentar e nutricional das famílias a partir do trabalho das mulheres. É interessante verificar que, neste caso específico, o autoconsumo se configura como uma parcela importante do processo de conformação de renda, apesar de se apresentar como uma renda não monetária, ou seja, não há conversão direta em moeda, não existe a relação comercial que transforma o produto em moeda, ela representa um impacto na conformação da renda familiar, já que se configura como um aspecto da soberania e segurança alimentar, possibilitando que as agricultoras e suas famílias tenham acesso ao seu próprio alimento de maneira autônoma.

Figura 3: Categorias de ocorrências econômicas. Salvador, 2021.



Fonte: Dados de pesquisa. Elaboração: CARVALHO, L.L. (2021).

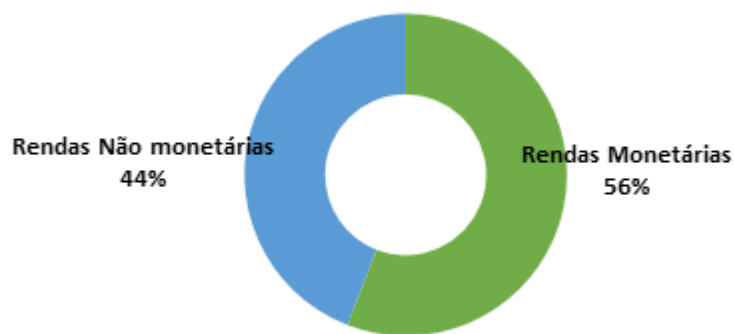
Conforme ilustrado na figura 3, as relações de venda chegam a 56% do total apurado, o que demonstra que a estratégia para a produção das mulheres está pautada na comercialização, se valendo das formas mais diversas disponíveis, seja a comercialização na comunidade ou nas feiras livres. A comercialização dos produtos vindos das famílias de agricultores é uma estratégia bem viva nas comunidades

do semiárido, isso garante às famílias condições de incrementar seu patrimônio, proporcionando segurança financeira.

As relações seguintes são as de doações, que representam 11% do total apurado, e as de troca, que aparecem com apenas 2% da renda média das mulheres que participaram desta pesquisa. Essas relações estão vinculadas aos aspectos sociais da vida em comunidade, também no campo das não monetárias, as rendas levantadas sobre os produtos doados, são significativas, nos dão a ideia da capacidade que as mulheres têm na consolidação das relações sociais, dentro e fora da comunidade, que podem reforçar laços de amizade, familiares e de gratidão, valores importantes para o meio rural.

As rendas não monetárias são aquelas em que não configuram entradas financeiras reais, ou seja, que não há troca de produtos por moeda na relação finalística para cada produto. A figura 4 demonstra que essas rendas representam 44% dentro a renda pesquisada neste grupo de mulheres agricultoras. Esse dado representa bastante do ponto de vista da sustentabilidade das famílias, importante para o debate, uma vez que, do ponto de vista econômico, a renda não monetária oferta um impacto no orçamento das famílias, que ao consumir sua própria produção, deixam de gastar adquirindo aquele determinado alimento, perfazendo assim a necessidade da apuração do dado e da sua contabilização para a conformação da renda familiar, pois dá a essa família a capacidade de entender e planejar sua renda, minimizando os gastos externos, bem como otimizando os recursos existentes dentro da unidade de produção.

Figura 4: Demonstrativo das rendas monetárias e não monetárias. Salvador, 2021.



Fonte: Dados de pesquisa. Elaboração: CARVALHO, L.L. (2021).

É importante lembrar que a conformação das rendas não monetárias, no estudo em questão, não se configura apenas como autoconsumo, mas também em trocas e doações dessa produção com amigos, vizinhos e familiares. Essas relações reforçam o aspecto social nas comunidades rurais, estabelecendo laços de companheirismo e de amizade, e conferindo a essas famílias valores que estão no campo afetivo emocional e não no campo financeiro, apesar de se demonstrar dessa forma.

Esse debate das rendas não monetárias demonstra as mais diversas formas de se aplicar a produção familiar, estabelecendo formas e estratégias de gestão dessa produção no âmbito do seu destino, bem como

analisando as maneiras de como isso representa no aspecto do ganho de cada família, seja ele de manutenção da família no campo, ou das relações políticas sociais que a família constrói nas comunidades rurais.

O percentual das rendas monetárias (figura 4), ou seja, aquelas que de fato são convertidas em moeda corrente. Esta renda também é muito importante para a agricultura familiar como um todo, pois é daí que as famílias conseguem adquirir itens de consumo, insumos, equipamentos, entre outros, que não são produzidos na propriedade. A pesquisa nos revela que a visibilidade das rendas monetárias construída pelo trabalho das mulheres rurais, aqui levantadas, também nos abre os olhos para a valorização das mulheres com o seu trabalho, gestão e produção, do ponto de vista da construção do patrimônio financeiro das famílias rurais no semiárido. Neste sentido, é importante perceber que esta parcela financeira auferida do trabalho feminino é também inserida no contexto familiar, e que, mesmo por vezes desprezada, essa renda se configura como importante parcela do patrimônio familiar, alimentando a família, adquirindo bens e serviços que são de extrema importância para o crescimento produtivo das famílias.

O estudo também revelou que o autoconsumo de alimentos é bastante representativo. Como apresentado anteriormente, esta relação representa 31% da renda produzida pelas mulheres rurais que participaram da pesquisa. Além disso, do ponto de vista da variedade de produtos extraídos dos sistemas produtivos gerenciados pelas mulheres e destinados à família, temos em média cerca de 50 tipos de produtos, como o hortifrúti em geral, lácteos, ervas medicinais, entre outros. Esse debate, assim como já fora abordado, é de fundamental importância para entendermos o processo de manutenção das famílias na atividade rural, não só o desenvolvimento econômico através da entrada de recursos financeiros e a consequente aquisição de produtos, serviços, bens ou benfeitorias, como também revela o grau de riqueza que uma família pode ter através do fator segurança e soberania alimentar, o que para as famílias do semiárido brasileiro é muito importante.

A principal intenção da Agricultura familiar, sobretudo no semiárido, é a alimentação das suas famílias. Essa é uma característica muito presente no segmento que comercializa o excedente dessa produção na perspectiva de um complemento de renda para aquisição de produtos, bens ou serviços que não possuem ou não desempenham em suas propriedades. Partindo desse pressuposto, a produção com o objetivo maior sendo o de autoconsumo, as famílias de agricultores e agricultoras destacam maiores cuidados com esses alimentos, evitando em sua grande parte, o uso indiscriminado de agrotóxicos. A partir dos dados da pesquisa e dentro deste contexto é possível perceber que o consumo de alimentos de forma efetiva, garante às famílias alimentação adequada, de qualidade e com as quantidades necessárias, o que revela o potencial do trabalho das mulheres rurais do semiárido também na garantia da soberania e segurança alimentar e nutricional.

Do ponto de vista da variedade de alimentos consumidos, podemos observar que as agricultoras têm um leque muito diversificado, desde o chá, até alimentos semiprocessados, feitos pelas próprias mulheres,

como bolos, sequilhos, geleias e que nos permite compreender que as famílias têm em seu cardápio uma rica variação de alimentos produzidos por elas.

A pesquisa aponta que entre os alimentos mais consumidos pelas mulheres agricultoras que participaram da pesquisa, destacam-se leite, mamão, ovos, manga, farinha, entre outros, como nos mostra o gráfico 11, que traz uma lista de dez produtos mais consumidos na produção das mulheres estudadas. Dentre os dez produtos mais citados, o gráfico nos mostra também a ocorrência de áreas de produção que sempre tiveram o protagonismo masculino, como a bovinocultura leiteira, que neste caso é o produto que mais aparece, e a fruticultura. Esse aspecto é muito importante, pois evidencia a gestão e o trabalho feminino, elevando a força e a importância do trabalho da mulher no fortalecimento de setores expressivos do segmento da agricultura familiar como um todo.

Figura 4: Produtos mais consumidos pelas famílias pesquisadas. Salvador, 202.



Fonte: Dados de pesquisa. Elaboração: CARVALHO, L.L. (2021).

Outro aspecto é à variedade de alimentos na mesa (figura 5), também uma marca da agricultura familiar, mesmo com uma área menor de lavouras, os produtos básicos da alimentação como mandioca, feijão, milho, café e arroz são em grande parte de responsabilidade da agricultura familiar, além de representar 58% da produção de leite, 50% da produção de aves e 59% da produção de suínos (IBGE, 2006). Sendo um segmento importante para diversificar a produção, de maneira a disponibilizar os alimentos capazes de ofertar soberania e segurança alimentar e nutricional para as famílias. De acordo com a declaração do Fórum Mundial sobre soberania alimentar, entende - se por soberania alimentar o direito dos povos a definir suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos que garantam o direito à alimentação para toda a população, com base na pequena e média produção, respeitando suas próprias culturas e diversidade. Já a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) é a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais (CONSEA, 2004).

Com isso, podemos, a partir dos resultados apresentados, perceber que a estratégia das áreas de cultivo gerenciadas pelas mulheres rurais, bem como sua maior oferta de alimentos para o autoconsumo, caminha no debate da soberania e segurança alimentar e nutricional dessas famílias, bem como contribuem, com a comercialização e as trocas de alimentos, para que esta produção ultrapasse os limites das porteiras, chegando em outras famílias com uma variedade enorme de alimentos e propiciando maior ganho alimentar e nutricional dessas pessoas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho se propôs a analisar e estudar as rendas das mulheres rurais do semiárido, a partir da estratégia metodológica da Caderneta Agroecológica que, enquanto ferramenta de aferição de renda, nos possibilita obter resultados sobre o trabalho e a renda feminina, no meio rural. Neste sentido, a pesquisa teve como resposta mais concreta a evidenciação das rendas femininas e sua representatividade no aspecto financeiro da agricultura familiar do semiárido. Dentro de um recorte específico, foi possível evidenciar e classificar os ganhos obtidos pelo trabalho e gestão das agricultoras nos espaços de produção e tornar possível, para elas principalmente, e para a sociedade como um todo, lançar um olhar sobre a importante parcela feminina, até então invisível, na contribuição da agricultura familiar do semiárido para a economia do país.

Além disso, é possível caminhar pelo debate da soberania e segurança alimentar das famílias de agricultores, debate este que além de muito importante, nos posiciona diante do papel fundamental que os quintais produtivos em, na manutenção da agricultura familiar do semiárido e sua importância. Esse debate se apresenta como rico e necessário, visto que a produção de alimentos para o autoconsumo representa uma fatia enorme e impacta na renda das famílias, sendo imprescindível ser percebido e levado em conta na formação da renda das unidades de produção familiares.

Outro aspecto importante é perceber que os processos de reciprocidade no meio rural são fortalecidos pelo trabalho das agricultoras com a dinâmica das trocas de produtos e serviços, as mulheres fortalecem os sentidos comunitários e os laços de amizade, para além das porteiras. Apesar de serem classificados como rendas não monetárias, os resultados das trocas e doações gerenciadas pelas mulheres do semiárido têm como ganhos aspectos das relações humanas incomensuráveis, pois estabelecem laços afetivos e de sentimento de comunidade que estão para além das relações econômico financeiras, mas que tem retornos iguais ou até superiores no desenvolvimento local.

Desta forma é salutar perceber que o trabalho e a gestão realizados por agricultoras familiares no processo de desenvolvimento da agricultura familiar no semiárido se consolidam como fundamental, não só no aspecto da permanência e evidenciação da agricultura familiar dos municípios, mas, principalmente, pela

sua contribuição para a formação da renda e seu impacto nos mercados locais, bem como para o desenvolvimento econômico coletivo.

Espera-se que os resultados deste trabalho possam contribuir ativamente na melhoria dos levantamentos dos dados econômicos da agricultura familiar, impactando em melhores análises sobre o contexto do segmento, bem como ampliando e melhorando a efetividade e o foco de políticas públicas. No entanto, outra contribuição e muito mais importante é abrir um caminho para uma profunda reflexão sobre o trabalho, protagonismo e a gestão das mulheres no meio rural e sua grande parcela de contribuição na soberania e segurança alimentar, bem como na produção de riqueza para a agricultura familiar, estabelecendo outro olhar para o segmento, reestruturando estratégias de intervenção na perspectiva de contribuir ainda mais para o debate.

Referências

- ALVES, K. S. ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO DE FAMÍLIAS AGRICULTORAS NA COMUNIDADE NOSSA SENHORA DE LOURDES, MICROREGIÃO DO GUAMÁ NO NORDESTE PARAENSE. Disponível em: http://ppgaa.propesp.ufpa.br/ARQUIVOS/dissertacoes/2011/Ketiane_dos_Santos_Alves.pdf. Acesso em: 17 de nov. 2019.
- BUTTO, A.; LEITE, R. Políticas para as mulheres rurais no Brasil: avanços recentes e desafios. 2011. Disponível em: <http://www.alasru.org/wp-content/uploads/2011/07/GT9-Andrea-Butto.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2020.
- CARNEIRO, Maria José. Esposa de Agricultor na França. **Revista de Estudos Feministas**. V. 4, n. 2, p 338-356, 1996. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16807>. Acessado em 01 de agosto de 2022.
- COFASPI. Quem Somos. Disponível em: <http://cofaspi.com.br/conheca-a-cofaspi/>. Acesso em: 09 out. 2019.
- FARIA, Nalu. Economia feminista e agenda de luta das mulheres no meio rural. In: Andrea Butto (Org). Estatísticas rurais e a economia feminista: um olhar sobre o trabalho das mulheres. Brasília: MDA, 2009
- FÓRUM MUNDIAL SOBRE SOBERANIA ALIMENTAR (2001), Declaração Final: Pelo direito dos povos a produzir, alimentar-se e a exercer sua soberania alimentar, Havana, Cuba. Disponível em <http://neaepr.blogspot.com/2010/01/conceito-de-soberania-alimenta.html>. Acesso em: 08 de agosto de 2022
- CONSEA, Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. **Princípios e diretrizes de uma política de segurança alimentar e nutricional**: textos de referência da II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Brasília: CONSEA, 2004. 81p. Disponível em https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/Seguranca_Alimentar_II/textos_referencia_2_conferencia_seguranca_alimentar.pdf. Acesso em: 08 de agosto de 2022.
- G1 BA. Rendimento domiciliar per capita na BA em 2020 tem alta de quase 6%, mas se mantém a baixo do salário mínimo. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2021/02/26/rendimento-domiciliar-per-capita-na-bahia-ficou-em-r-965-em-2020-aponta-ibge.ghtml>. Acesso em: 16 de julho 2021.
- GODOY, C. M. T.; BELING, H. M.; FERREIRA, A. G.; FANTINELLI, D. G. A agricultura familiar e suas estratégias de sobrevivência. In: 1º Seminário Nacional de Desenvolvimento Regional. **Cadernos de Revista Macambira**, v. 6, n.1, 2022, e061009 | ISSN 2594-4754

Resumos, 2016. Disponível em: https://www2.faccat.br/portal/sites/default/files/fantinel_ferreira_godoy_beling.pdf. Acesso em: 09 de agosto de 2022.

HERRERA, K. M. Uma análise do trabalho da mulher rural através da perspectiva da multifuncionalidade agrícola. Disponível em: http://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1373328660_ARQUIVO_Artigo_Fazendogenerofinal.pdf. Acesso em: 10 de agosto de 2022.

PANZUTTI, Nilce. Mulher Rural: Eminência Oculta. Cadernos CERU. Série 2 nº, 1997. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ceru/article/view/74975>. Acesso em 01 de agosto de 2022.

SALVARO, G. I. J.; LAGO, M. C. S.; WOLFF, C. S. “Mulheres agricultoras” e “mulheres camponesas”: lutas de gênero, identidades políticas e subjetividades”. **Psicologia & Sociedade**, v. 25, n. 1. Pág. 79-89, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v25n1/10.pdf>. Acesso em: 10 de agosto de 2022.

SCHAAF, A.V. D. Jeito de mulher rural: a busca de direitos sociais e da igualdade de gênero no Rio Grande do Sul. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n10/18726.pdf>. Acesso em: 10 de agosto de 2022.

SCHNEIDER, M.; PLAVIAK, G. M.; MARIN, Z. Feiras do produtor rural: importância, diversidade e sua relação com a agricultura familiar de Guarapuava - PR. IN: VIII Simpósio Internacional de Geografia Agrária e IX Simpósio Nacional de Geografia Agrária (*Anais*). SINGA, 2017. Disponível em: https://singa2017.files.wordpress.com/2017/12/gt05_1506911798_arquivo_artigo_singa_corrigido_final.pdf. Acesso em: 10 de agosto de 2022.

SOARES, R. O.; MENEZE, B. G.; BASTO, UGALDE, T. H.; M. L. Um olhar sobre a feira da produção da reforma agrária da agricultura familiar (FEPRAF) de Júlio de Castilhos/RS. **Cadernos de Agroecologia** – ISSN 2236-7934 – Anais do VI CLAA, X CBA e V SEMDF – Vol. 13, nº1, jul. 2018. Disponível em: <http://cadernos.aba-agroecologia.org.br/cadernos/article/view/632>. Acesso em: 10 de agosto de 2022.

SOUZA, P M; NEY, M G; PONCIANO, N J. Evolução da distribuição dos financiamentos do PRONAF entre as unidades da federação, no período de 1999 a 2009. **RBE**. Rio de Janeiro, v. 65, n. 3/p. 303-313, jul-set 2011. Link: <https://www.scielo.br/j/rbe/a/QV4wmZQm6gCmdTPJKpzBwCn/?format=pdf>

IBGE. Censo Agropecuário 2006 – Agricultura Familiar, Primeiros Resultados – Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. Rio de Janeiro: IBGE, p.1-267, 2006.

Informações do Artigo

Recebido em: 03/05/2022
 Revisado em: 09/08/2022
 Aceito em: 09/11/2022
 Publicado em: 16/11/2022

Conflitos de Interesse: Os autores declaram não haver quaisquer conflitos de interesse referente a este artigo.

Contribuição dos autores:

Autor 1 – Coordenador do projeto, participação ativa na coleta e análise dos dados e revisão da escrita final

Autor 2 – Revisão da escrita final

Como citar este artigo

Carvalho, L. L.; Froes, L. T. M., (2022). Cadernetas agroecológicas e seus impactos na economia de agricultura familiar do Território Piemonte da Diamantina: a experiência da COFASPI. **Revista Macambira**, 6(1), e061009.

<https://doi.org/10.35642/rm.v6i1.694>

Licença:

Este trabalho está licenciado sob uma Licença Internacional Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 4.0 International .

Article Information

Received on: 03/05/2022
 Revised in: 09/08/2022
 Accepted in: 09/11/2022
 Published on: 16/11/2022

Conflict of Interest: No reported.

Authors' contribution:

Author 1 – Project coordinator, active participation in data collection and analysis and review of the final writing

Author 2 - Review of the final writing

How to cite this article

Carvalho, L. L.; Froes, L. T. M., (2022). Agroecological booklets and its impacts on the economy of family-based agriculture in the Piemonte Diamantina Territory: the COFASPI experience. **Revista Macambira**, 6(1), e06109. <https://doi.org/10.35642/rm.v6i1.694>

License:

This work is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 4.0 International License.